



Governo do Distrito Federal
Polícia Civil do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia
Serviço de Governança de Projetos

Termo de Referência n.º 13/2026 - PCDF/DGPC/DGI/DITEC/SGP

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviço continuado de subscrição do software de produtos e serviços Microsoft, com duração de 36 (trinta) meses, na modalidade pregão, na forma eletrônica, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), para atendimento às necessidades da Polícia Civil do Distrito Federal.

1.2. Tabela Objeto da Contratação

1.2.1. Os quantitativos abaixo são referentes ao planejamento da PCDF (órgão gerenciador):

ITEM	Identificador SGD	Identificador Microsoft	CATSER	DESCRIÇÃO	U.M	Quantidade Anual
1	MS.5.0-A0723	9GS-00128	26077	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16-core	Licença	75
2	MS.5.0-A1485	W06-00022	26077	Core CAL (per device)	Licença	6000
3	MS.5.0-A1052	395-02412	26077	Exchange Server Enterprise	Licença	4
4	MS.5.0-A1173	NK4-00002	26077	Power BI Professional (1-month)	Licença	3
5	MS.5.0-A1212	H04-00232	26077	SharePoint Server Standard	Licença	4
6	MS.5.0-A1217	7NQ-00302	26077	SQL Server Standard (2-core)	Licença	22
7	MS.5.0-A1215	7JQ-00341	26077	SQL Server Enterprise (2-core)	Licença	43
8	MS.5.0-A1282	77D-00110	26077	Visual Studio Professional	Licença	45
9	MS.5.0-A1340	6VC-01252	26077	Win Remote Desktop Services - User CAL	Licença	50
10	MS.5.0-A1350	9EM-00562	26077	Windows Server Standard Core ALng LSA (2-core)	Licença	26
11	MS.5.0-A1248	EP2-07387	26077	Teams Enterprise Sub Per User (1-month)	Licença	80

1.3. Após a publicação da Intenção de Registro de Preços – IRP, houve manifestação de interesse de órgãos participantes, os quais apresentaram suas estimativas de consumo para os itens objeto da presente contratação.

- UASG - 927020 -Polícia Civil do Estado de Roraima
- UASG - 927916- Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima

ITEM	PRODUTO	P/N	ID-SGD	QUANTIDADE ANUAL			TOTAL
				GERENCIADOR	PARTICIPANTE		
				PCDF	FESP	PCRR	
1	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16-core	9GS-00128	MS.5.0-A0723	75	75	38	188
2	Core CAL (per device)	W06-00022	MS.5.0-A1485	6000	6000	3000	15000
3	Exchange Server Enterprise	395-02412	MS.5.0-A1052	4	4	2	10
4	Power BI Professional (1-month)	NK4-00002	MS.5.0-A1173	3	3	2	8
5	SharePoint Server Standard	H04-00232	MS.5.0-A1212	4	5	2	11
6	SQL Server Standard (2-core)	7NQ-00302	MS.5.0-A1217	22	22	11	55
7	SQL Server Enterprise (2-core)	7JQ-00341	MS.5.0-A1215	43	43	22	108
8	Visual Studio Professional	77D-00110	MS.5.0-A1282	45	45	23	113
9	Win Remote Desktop Services - User CAL	6VC-01252	MS.5.0-A1340	50	50	25	125
10	Windows Server Standard Core ALng LSA (2-core)	9EM-00562	MS.5.0-A1350	26	26	13	65
11	Teams Enterprise Sub Per User (1-month)	EP2-07387	MS.5.0-A1248	80	80	40	200

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no [https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca – CATMAT/CATSER](https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca-CATMAT/CATSER) e as especificações constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as especificações contidas neste Termo de Referência.

1.5. O objeto da contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD nº 94/2022.

1.6. Ademais, os bens objetos desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, uma vez que possuem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, sendo passíveis de serem definidos de forma objetiva, conforme art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/2021 e artigos 75 a 78 do Decreto Distrital 44.330/2023 e no Decreto nº 10.818/2024.

1.8. Os serviços a serem contratados são de **natureza continuada**, não se confundem com as atividades finalísticas, têm característica de alta relevância para o ambiente computacional de TIC da PCDF, no atendimento aos sistemas de apoio ao negócio.

1.9. O prazo de vigência inicial da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável,

anualmente, por até 10 anos de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.10. Em observância ao art. 36, §1º do Decreto Distrital nº 44.330/2023 C/C Parecer Referencial nº 66/2024 - PGDF/PGCONS procedeu-se à consulta ao catálogo eletrônico de padronização do Poder Executivo Federal disponível no Portal Nacional de Compras e Contratações – PNCP, disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, contudo o objeto em tela consta no referido catálogo, e portanto, foi catalogado em consonância com o Catálogo de Materiais e Serviços - CATMAT/ CATSER do Compras.gov.br. Em consulta aos Catálogos de Soluções de TIC com condições padronizadas, definidos pela Órgão Central do SISP e disponibilizados no site do Governo Digital, verifica-se que abrangem licenciamento de software, tendo sido publicados os catálogos da Microsoft. Uma vez que o objeto do presente estudo refere-se ao Licenciamento Microsoft, o respectivo catálogo será utilizado.

1.11. Este Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação instituída para este fim, após realização do Estudo Técnico Preliminar, fundamentado na Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, alinhado à Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada no DF pelo Decreto Distrital nº 44.330/2023.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. MOTIVAÇÃO:

2.1.1. A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) é uma instituição que tem como missão a apuração das infrações penais e a investigação criminal, conforme a Constituição Federal e leis específicas.

2.1.2. A PCDF, conforme definido no Mapa Estratégico Corporativo – 2024 a 2027, necessita de ferramentas, pessoas e tecnologias adequadas para suportar o conjunto de atividades que desempenha visando atender a sociedade do Distrito Federal.

2.1.3. No contexto orgânico da PCDF, a Divisão de Tecnologia – DITEC é responsável por planejar, fiscalizar, orientar, controlar e executar as atividades de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal; bem como, gerenciar os recursos de tecnologia da informação e comunicação, coordenando e implementando políticas de distribuição dos recursos tecnológicos e de sua utilização nas atividades e soluções delas decorrentes, conforme Regimento Interno.

2.1.4. No âmbito da DITEC, a Seção de Gestão de Infraestrutura - SGI é responsável, dentre outras atribuições, pela administração: Das infraestruturas de armazenamento, de backup e de rede; Dos servidores físicos e virtuais, bem como de seus serviços; Dos projetos de continuidade dos serviços prestados.

2.1.5. A crescente importância das soluções tecnológicas para o cumprimento das obrigações institucionais da Polícia Civil do DF impõe a necessidade de aprimoramento constante da disponibilidade, eficiência e segurança do parque informático. Para garantir a plena operacionalidade das atividades da instituição, há que se investir para se manter o parque tecnológico dessas áreas e, além disso, fornecer meios de se aprimorar e robustecer a infraestrutura da PCDF. Os produtos e soluções Microsoft são essenciais para isso, sendo amplamente utilizados na PCDF.

2.1.6. Ademais, a contratação em questão refere-se à renovação do licenciamento Microsoft com vigência até o dia 26/03/2026, assegurando a continuidade operacional e a mitigação de riscos relacionados à indisponibilidade de serviços relacionados à contratação em tela. A descrição dos softwares da Microsoft utilizados pela PCDF, bem como a readequação das necessidades serão tratadas adiante.

2.1.7. NECESSIDADE E IMPORTÂNCIA DA CONTRATAÇÃO:

2.1.8. A PCDF vem utilizando, desde 1999, os produtos da empresa Microsoft para a disponibilização de serviços.

2.1.9. A plataforma computacional da PCDF é, atualmente, composta por Sistemas Operacionais, Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados, Sistema de Mensageria e Ferramentas de Desenvolvimento que trabalham de forma integrada e por consequência formam um ambiente complexo que exige um alto grau de eficiência, disponibilidade e segurança, devendo ser constantemente atualizada para exercer seu papel de forma alinhada com as ações desenvolvidas pela Instituição.

2.1.10. As referidas soluções Microsoft foram contratadas por meio do Pregão Eletrônico 05/2023, Processo SEI 00052-00029880/2021-04, com garantia vigente até **26/03/2026**;

2.1.11. Diante da importância das ferramentas para a disponibilização de serviços aos usuários da Instituição, bem como à população do Distrito Federal, verifica-se a necessidade de renovação do licenciamento Microsoft para atender as seguintes necessidades de negócio:

- 2.1.11.1. Aumento da produtividade dos usuários;
- 2.1.11.2. Melhoria na comunicação e colaboração entre equipes;
- 2.1.11.3. Garantir a conformidade com os requisitos e normas regulatórias;
- 2.1.11.4. Prestar serviços de TIC de acordo com as necessidades das áreas de negócio e dos usuários;
- 2.1.11.5. Promover a melhoria e a expansão da oferta de serviços públicos digitais;
- 2.1.11.6. Aperfeiçoar a gestão e governança de serviços de TIC;
- 2.1.11.7. Aperfeiçoar a integração e a governança de dados;
- 2.1.11.8. Aprimorar a segurança da informação em TIC;
- 2.1.11.9. Garantir a continuidade e a disponibilidade de serviços de TIC.

2.2. OBJETIVOS PRETENDIDOS:

2.2.1. Viabilizar a continuidade das soluções tecnológicas utilizadas no âmbito da Polícia Civil do DF- PCDF.

2.2.2. Evitar a interrupção de serviços oferecidos por aplicações corporativas da PCDF que impactariam de forma crítica o registro de ocorrências, monitoramento de suspeitos e investigações criminais em andamento.

2.2.3. Manter o compliance do licenciamento Microsoft em uso na PCDF.

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

2.3.1. Com a presente Contratação será possível renovar a garantia e o suporte técnico de todo o conjunto de produtos Microsoft utilizado na PCDF há mais de 30 (trinta) anos, que contempla soluções de escritório, infraestrutura e de desenvolvimento de software;

2.3.2. Conformidade contratual de licenciamento;

2.3.3. Adequação das licenças e serviços às necessidades atuais da PCDF;

2.3.4. Garantir que a PCDF continue disponibilizando sistemas com alta padronização, disponibilidade e desempenho de forma a garantir serviço de qualidade à população do Distrito Federal e preservar os investimentos já realizados em seu parque computacional baseado em produtos Microsoft.

2.4. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO

2.4.1. O estudo técnico preliminar da contratação avaliou, entre outros aspectos técnicos, a viabilidade de parcelamento da solução de TIC a ser contratada, em tantos itens quanto se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso, justificando-se a decisão, conforme § 2º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94/2022, e ainda em observância ao disposto nos artigos 40 e 47 da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2. Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União firmou entendimento por meio da Súmula 247 – TCU/2007, segundo a qual:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

2.4.3. Em observância aos regramentos legais expostos, o presente objeto não será parcelado, pois a contratação do objeto em apenas um grupo garante a unicidade técnica da solução, como o nível de serviços prestados, garantindo que a empresa contratada esteja capacitada tecnicamente para trabalhar de forma integrada com os componentes desta solução.

2.4.4. A solução é composta por diversos itens que, por suas características técnicas, na sua grande maioria, poderiam ser divididos em diversas parcelas. Contudo, devido à estrutura comum de integração das soluções ao contrato, a fabricante da solução concede condições diferenciadas devido à padronização dos softwares do parque computacional que não podem ser segregados em contratos distintos. Outro fator a ser levado em consideração é a otimização dos recursos necessários à gestão do contrato e o foco na melhoria dos serviços de TI.

2.4.5. Ademais, a licitação será em grupo único, dividido em itens, e estes deverão ser adjudicados para um único fornecedor, de modo que será um contrato firmado entre a Contratada e a Contratante.

2.4.6. Em consonância à legislação vigente, justifica-se a indivisibilidade do objeto da presente contratação por tratar de subscrição de softwares Microsoft.

2.5. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL:

2.5.1. O objeto da contratação está em alinhamento aos seguintes Objetivos Estratégicos do Mapa Estratégico da PCDF, parte integrante do Programa Avançar – 3º Ciclo (2024-2027), que orienta os programas, projetos, ações, atividades, indicadores e metas de gestão, assim como a elaboração dos demais planos e a identificação de oportunidades de inovação da Polícia Civil do Distrito Federal.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – PEI/PCDF 2024-2027		
Perspectiva	ID	Objetivos Estratégicos Institucionais
Gestão	OEI 01	Aprimorar a Governança com foco na gestão por resultados
Gestão	OEI 02	Assegurar assertividade orçamentária e financeira
Estrutura	OEI 03	Aprimorar o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação
Estrutura	OEI 04	Garantir a modernização organizacional
Resultado	OEI 09	Fomentar a redução da criminalidade

2.5.2. Está também em conformidade com a Lei nº 7.378, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para 2024-2027, com o Programa Temático nº 6217 - DF mais seguro, referente ao eixo temático Segurança, em alinhamento aos objetivos:

ID	Objetivo – Programa Temático 6217
332	Enfrentamento qualificado da criminalidade aumentar a sensação de segurança por meio do enfrentamento qualificado da criminalidade, priorizando a redução da violência contra a mulher, dos crimes violentos letais intencionais e dos crimes contra o patrimônio.
334	Prevenção da violência com enfoque em grupos vulneráveis - atuar na prevenção da violência e implementar ações voltadas a grupos vulneráveis.
335	Fortalecimento da governança e inteligência na segurança pública - Racionalizar os recursos disponíveis para o combate à criminalidade, como foco em inteligência e estratégia

2.5.3. O PPA 2024-2027 do DF foi elaborado em conformidade com o Plano Estratégico do Distrito Federal 2019-2060, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, definidos pela Organização das Nações Unidas, e com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, conforme preconiza o § 2º do art. 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

2.6. ALINHAMENTO AO PDTIC DA PCDF 2024-2027:

2.6.1. O objeto da contratação encontra-se alinhado também aos objetivos estratégicos de TIC a seguir especificados:

Objetivos Estratégicos Institucionais de Tecnologia da Informação e Comunicação - OETIC	
OETIC1	Ampliar a Abrangência Estratégica de TIC
OETIC3	Aprimorar e documentar Processos Internos de TIC
OETIC4	Assegurar adequado suporte de TIC às áreas de negócio
OETIC5	Prover soluções inovadoras e efetivas de TIC com celeridade e qualidade
OETIC6	Disponibilizar Sistemas de Informação Adequados às Necessidades de TIC
OETIC7	Valorizar e promover a Capacitação / Certificação dos Servidores da Área de TIC
OETIC8	Entregar e manter soluções de TIC alinhadas à estratégia Institucional
OETIC9	Prover infraestrutura de TIC inovadora para subsidiar a atividade finalística da PCDF

2.6.2. O projeto atende à necessidade e à ação abaixo descritas, previstas no PDTIC/PCDF para o período de 2024 a 2027:

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da PCDF – 2024-2027	
Necessidade	Ação
N6 – Modernização, ampliação, manutenção, sustentação, desenvolvimento, integração, implementação e documentação das soluções de TIC na PCDF.	A38 – Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento Microsoft

2.7. ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES - PACC/PCDF

2.7.1. O objeto da contratação foi solicitada a sua devida inclusão no **Plano Anual de Compras e Contratações da PCDF para o ano de 2026**, no item 73 do CADERNO EXPLICATIVO DE CUSTEIO, disponível no [Site PCDF](#).

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) será realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos do art. 195 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e do art. 6º, inciso XLV, c/c §2º, art. 17, ambos da Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

3.2. A minuta recomendada para o Edital de Pregão eletrônico para registro de preços em contratações de TIC é a constante no anexo do **Parecer referencial nº. 66/2024** da Procuradoria-Geral do Distrito Feral.

3.3. Na presente contratação, a Equipe de planejamento de compras considerou a expectativa de prevista no PDTIC 2024-2027 para o processamento por meio de Sistema de registro de preços (art. 40, II, Lei nº 14.133, de 2021).

- 3.4. **Justificativa:** a utilização do sistema de preços simplifica, facilita e racionaliza as contratações públicas, servindo assim para suplantar diversas aquisições da solução na mesma licitação, o que permite o gerenciamento de bens e serviços, quando há possibilidade e aumento da demanda ainda durante a execução da contratação, e neste caso, foi considerado no ETP a contratação de centenas de novos servidores, o que poderá aumentar a necessidade de licenças e produtos Microsoft durante a realização da licitação.
- 3.5. Com isso, o Registro de Preços permitirá à Administração reavaliar a demanda que surgir pela necessidade em se adquirir mais bens ou serviços registrados para atendimento de demandas imprevisíveis. No mais, proporciona economia de escala.
- 3.6. Portanto, a adoção do Sistema de Registro de Preços para o pretense certame fundamenta-se no art. 190, Inciso I, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, haja vista que suas características ensejam contratações frequentes.
- 3.7. Embora a estimativa da demanda tenha levado em conta o quantitativo de usuários da instituição, aspectos do uso de infraestrutura computacional de alto desempenho, dentre outros parâmetros detalhado no item estimativa do quantitativo da demanda deste artefato, entende-se ser possível o aumento da necessidade de licenças para produtos Microsoft pela Instituição ao longo do tempo, uma vez que a aquisição em questão envolve um período temporal considerável.
- 3.8. Logo a fim mitigar risco de celebração de acréscimos contratuais, o qual não deve ser regra, mas exceção, ou novos processos de licitação para a mesma solução, o que seria contra a eficiência e perdas de escala econômica, dentre outras, de modo que recomendamos à formação de Ata de Registro de Preços na sua totalidade volumétrica, com a divulgação de Intenção de Registro de Preços - IRP, nos termos dos incisos I e III do art. 190 do Decreto Distrital nº44.330/2023.
- 3.9. Caberá a CONTRATANTE a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:
- 3.9.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- 3.9.2. Realizar o procedimento licitatório;
- 3.9.3. Gerenciar a ata de registro de preços;
- 3.9.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- 3.9.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- 3.9.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- 3.10. Após formalização, a gestão e execução da Ata caberá a o Departamento de Administração Geral – DAG/DGPC/PCDF ou por setor por esse designado.
- 3.11. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado (art. 198, do Decreto nº. 44.330/2023).
- 3.11.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei (§ 5º, do Art. 198, do Decreto nº. 44.330/2023).
- 3.11.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a PCDF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.12. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023 (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.13. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.14. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023).
- 3.15. O **prazo de vigência** da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.
- 3.16. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.17. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado (parágrafo único, art. 199 Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.18. O quantitativo a ser renovado na eventual prorrogação da ata deverá ser comprovado mediante a manifestação do executor da ata, acompanhado de levantamento de necessidades sobre o quantitativo a ser renovado.
- 3.19. A prorrogação da ata deverá observar os critérios de interesse das partes, demonstração da necessidade, disponibilidade orçamentária, e aprovação pelo Ordenador de despesas e da renovação pela Direção-Geral.
- 3.20. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do ICTI - Índice de Custos de Tecnologia da Informação, na forma do art. 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.
- 3.21. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela PCDF.
- 3.22. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023).
- 3.23. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.24. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos

respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF 44.330/2023).

3.25. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

3.25.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

3.25.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.25.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

3.25.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

3.26. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

3.27. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.28. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

3.28.1. A possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

3.28.2. A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

3.28.3. Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

3.28.4. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

3.28.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.

3.29. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.30. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.31. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

3.32. Da ata poderá ser formalizado contrato de aquisição dos referidos bens ou serviços, com prestação de serviços de garantia e manutenção, e com prazo de duração de acordo com os prazos de garantia mínimo exigidos.

3.33. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.34. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.35. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.36. Em pesquisa de atas registradas, não foi encontrada ata compatível com as necessidades quantitativas e qualitativas da presente contratação, daí justifica-se a não adesão a outras atas para a presente contratação.

3.37. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.38. Serão permitidas participação de órgãos e entidades públicas no registro de preços, nos termos dos artigos 193 e 194 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

3.39. Ademais, o uso do Sistema de Registro de Preço para o pretenso certame possibilitará a aquisição parcelada, de acordo com a necessidade e disponibilidade orçamentária do órgão, viabilizando implementação faseada e programação da solução.

3.40. Ainda, considera-se boa prática a sistematização das compras em sistema de registro de preços, por ser legislação de dinamização da gestão pública, na medida em que confere transparência às compras e propicia o melhor planejamento das aquisições e norteia-se pelo princípio constitucional da eficiência e eficácia.

3.41. **Da divulgação da Intenção do Registro de Preços (IRP):** A divulgação da Intenção do Registro de Preços caberá ao Departamento de Administração Geral (DAG), na qualidade de órgão gerenciador, sendo sua realização ou não por esse justificada, considerando a celeridade necessária, o risco apontado em Mapa de riscos e a avaliação da equipe de planejamento, conforme parágrafo único do art. 192 da Lei nº. 14.133/2021.

3.41.1. A manifestação da intenção de registro de preços deverá ser feita no prazo máximo de até 8 (oito) dias úteis, conforme art. 9º do Decreto nº 11.462/2023.

3.41.2. Após a publicação do IRP, a decisão do órgão gerenciador sobre a aceitação ou não de órgãos participantes deverá ser subsidiada com análise pela Equipe de Planejamento da contratação, considerando a celeridade necessária, os requisitos técnicos avaliados e os custos de transação.

3.41.3. No caso de aceitação de participantes, caberá ao DAG estabelecer, quando for o caso, o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento, conforme inciso I, do art. 192, da Lei nº. 14.133/2021.E

3.41.4. Expirado o prazo de manifestação de intenção para participes, caberá ao DAG juntar nos autos Nota Informativa neste processo acerca do resultado da ação, registrando a ausência de participantes interessados e evidenciando, nos termos do art. 86 da Lei 14.133/2021, que o prazo de divulgação de 8 (oito) dias úteis foi cumprido, conforme orientações da **Nota Técnica 70** (187584935).

3.42. **Da adesão à ata:** As adesões à Ata de Registro de Preços poderão ser admitidas mediante prévia consulta ao DAG, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitada às condições e as regras estabelecidas no art. 208, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e § 5º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.42.1. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado em ata para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que venham aderir, e as aquisições adicionais não excedam, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na ata e deverão ser realizadas em conformidade com o Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

4. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DE REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS DE NEGÓCIO:

4.1.1. Garantir a efetividade da prestação de serviços de TI;

4.1.2. Incorporar benefícios do avanço tecnológico aos usuários;

4.1.3. Garantir a integração entre plataformas;

4.1.4. Prover sistemas operacionais para as estações de trabalho;

4.1.5. Prover sistemas operacionais para os servidores de processamento de dados.

4.1.6. Prover ferramentas de escritório para manipulação de documentos de texto, apresentações, realizações de operações financeiras e contábilísticas para todos os usuários.

4.1.7. Prover infraestrutura adequada e ferramenta de serviço de mensagens instantâneas e conferências.

4.1.8. Prover infraestrutura para viabilizar serviços colaborativos de intranet, extranet e internet.

4.1.9. Prover infraestrutura adequada para implantação e controle de banco de dados.

4.1.10. A manutenção de compliance do parque tecnológico da PCDF ao licenciamento da Microsoft, plataforma utilizada desde 1999, composta por Sistemas Operacionais, Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados, Sistema de Mensageria e Ferramentas de Desenvolvimento que trabalham de forma integrada e por consequência formam um ambiente complexo que exige um alto grau de eficiência, disponibilidade e segurança, devendo ser constantemente atualizada para exercer seu papel de forma alinhada com as ações desenvolvidas pela Instituição. A diversificação para utilização concomitante de outras plataformas exige uma adequação tecnológica economicamente menos interessante, visto que seria necessária a contratação de pessoas com habilidades técnicas diversas e a consequente alteração dos contratos de terceirização. Além disso, seria necessária a contratação de licenciamento de outras plataformas, afetando a infraestrutura de suporte à nova plataforma.

4.1.11. Em uma plataforma integrada, é possível simplificar a arquitetura, sendo mais fácil a adaptação a mudanças. Em uma estrutura complexa, com diversos softwares de diversos fabricantes, mesmo que integrados, as equipes de TI precisam, na maioria das vezes, alterar vários componentes e fazer testes extensivos e complexos para garantir a interoperabilidade entre eles. Em uma estrutura integrada, como a implantada na PCDF, favorece-se a governança de TI, reduz-se os riscos, e as mudanças acabam requerendo menos testes e menor dispêndio de tempo.

4.2. REQUISITOS TÉCNICOS

4.2.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.3. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E GARANTIA

4.3.1. Garantia

4.3.1.1. O prazo de garantia, suporte técnico, atualização de versões/upgrade e manutenção das licenças de software é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo, prorrogável na forma da lei, devendo a proponente declarar expressamente que se responsabilizará pelo pleno funcionamento das licenças de software, mantendo-as em operação durante esse período.

4.3.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer acesso à documentação técnica completa e atualizada dos produtos adquiridos, contendo manuais do fabricante, guias de instalação e outros documentos pertinentes.

4.3.1.3. A documentação poderá ser disponibilizada em site do fabricante, com acesso liberado ao CONTRATANTE.

4.3.1.4. Deverá fornecer toda documentação necessária para a comprovação do fornecimento dos produtos, tais como cartão de registro, licenças de uso ou documentos que comprovem ou contenham todas as informações necessárias para a identificação, instalação, reinstalação, atualização e operação dos softwares, tais como números de série, chaves, senhas, números de identificação, quantitativos etc.

4.3.1.5. As licenças de software deverão ser disponibilizadas na sua versão mais recente para download à CONTRATANTE.

4.3.1.6. A garantia incluirá, além da prestação de serviços de suporte técnico, manutenção e atualização das licenças corporativa, a substituição, troca ou reposição se, por ventura, as licenças de software forem entregues com qualquer incompatibilidade com as especificações técnicas, sem qualquer ônus adicional para a PCDF.

4.3.1.7. Além das licenças de software, a CONTRATADA deverá fornecer as correções (service packs) do software, podendo estas serem entregues por meio do portal de licenciamento da Microsoft, sem ônus para a PCDF.

4.3.1.8. O prazo de prestação dos serviços de garantia, suporte técnico, atualização e manutenção (upgrade e update) das licenças de software poderá ser prorrogada nos termos da lei.

4.3.1.9. Durante o prazo de garantia e suporte técnico, fará parte a atualização de qualquer componente da solução, sem nenhum custo adicional para a PCDF, sempre que forem lançadas novas versões pelo fabricante.

4.3.2. Serviço de Suporte Técnico

4.3.2.1. O serviço de suporte será executado diretamente pela Microsoft, fabricante das licenças, ou por representantes, de forma remota ou presencial, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, e compreenderá, entre outros:

4.3.2.2. Correção de problemas e anomalias (bugs);

4.3.2.3. Fornecimento de upgrades para novas versões do software;

4.3.2.4. Fornecimento de release e patches de manutenção desenvolvidos durante o período de atualização para os softwares;

- 4.3.2.5. Solução de dúvidas e acompanhamento para operação, configuração, upgrade e instalação das ferramentas disponibilizadas para gestão do ambiente;
- 4.3.2.6. Disponibilização da base de conhecimentos de solução de problemas e documentos técnicos.
- 4.3.2.7. Deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA ou Fabricante uma central de atendimento (sítio na Internet, e-mail e telefone 0800), sem custo adicional à Contratante para consultas, aberturas de chamados técnicos e envio de arquivos para análise, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano.
- 4.3.2.8. O suporte on-line deverá disponibilizar ferramenta de acesso remoto e proporcionar o referido acesso quando solicitado.
- 4.3.2.9. A CONTRATADA deverá manter registro dos chamados abertos, pendentes e encerrados pela PCDF. A critério da PCDF tais relatórios poderão ser solicitados a qualquer momento para auditoria.
- 4.3.2.10. Os técnicos que prestarem serviços de suporte deverão ser certificados pelo fabricante do software. Tal certificação deverá ser apresentada após a formalização do contrato e início da prestação de serviços.
- 4.3.2.11. Caso seja necessário substituir licenças equivalentes durante a vigência do contrato, isso deverá ocorrer sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

4.4. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

4.4.1. Não se aplica, visto o escopo desta contratação ser somente a aquisição de licenças, não prevendo a atuação direta de profissionais da CONTRATADA.

4.5. REQUISITOS TEMPORAIS

4.5.1. Os serviços pretendidos deverão ser contratados por 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de aceitação pela PCDF com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

4.5.2. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido quando da verificação do licenciamento no portal de suporte do fabricante de acordo com o prazo contratado.

4.5.3. Será realizada reunião inicial para definição de questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato, dentre outras tratativas que se fizerem pertinentes, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

4.5.4. O prazo de entrega do objeto da contratação, isto é a disponibilização de chaves de acesso das licenças subscritas, bem como acesso à repositório virtual para download de software, se caso, será de até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da emissão da Ordem de Serviço – O.S, podendo ser prorrogado por igual período, desde que justificado pela Contratada e autorizado pela Contratante.

4.5.5. O objeto do contrato será considerado:

4.5.6. **Aceito** – quando as licenças entregues forem recebidas integralmente pela PCDF e não couberem nenhum ajuste, salvo em relação ao serviço de garantia de funcionamento e demais associados;

4.5.7. **Rejeitado** – quando as licenças entregues não forem aceitas pela PCDF, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades estabelecidas para o caso, conforme tabela abaixo:

INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA (IAE)	
Objetivo	Mensurar o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços especificados nas Ordens de Serviço.
Meta estabelecida para cumprimento	$IAE \leq 0$ (A meta estabelecida tem como objetivo assegurar a entrega dos produtos e serviços descritos nas Ordens de Serviço dentro dos prazos estipulados.)
Instrumento de aferição	Ordem de Serviço, Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.
Acompanhamento	A avaliação será feita com base na comparação entre a data de entrega prevista na Ordem de Serviço e a data de recebimento provisório.
Periodicidade	A cada ordem de serviço
Cálculo	<p>$TPR = DEE - DPL$</p> <p>TPR = Tempo de Processamento da Requisição Refere-se ao número de dias corridos entre o envio da Ordem de Serviço (OS) e o recebimento provisório das licenças.</p> <p>DPL = Data Prevista para Liberação Corresponde à data estabelecida na Ordem de Serviço para a entrega das licenças.</p> <p>DEE = Data Efetiva de Entrega</p>
Critérios de Ajuste de Pagamento e Aplicação de Sanções	Para valores iguais ou inferiores a zero (0): será realizado o pagamento integral da respectiva Ordem de Serviço.
	De 1 a 15 (dias de atraso) – Glosa de 5% sobre o valor da O.S;
	De 16 a 20 (dias de atraso) – Glosa de 10% sobre o valor da O.S;
	De 21 a 30 (dias de atraso) - Glosa de 15% sobre o valor da O.S;
	Acima de 30 (dias de atraso) – Será aplicada a multa de 3% sobre o valor do Contrato, sem prejuízo da glosa anterior

4.6. REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE

4.6.1. A CONTRATADA deverá observar todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC da PCDF.

4.6.2. A CONTRATADA deverá tomar conhecimento da política de segurança da CONTRATANTE, atuando em concordância com as práticas nela descritas.

4.6.3. A CONTRATADA compromete-se, tanto em nome próprio quanto de seus colaboradores, a observar e cumprir rigorosamente todas as políticas, normas e procedimentos de segurança da informação, mantendo total conformidade com os normativos vigentes na CONTRATANTE, bem como com aqueles que possam ser estabelecidos durante a vigência do contrato.

4.6.4. Deverá ser firmado TERMO DE RESPONSABILIDADE, CONFIDENCIALIDADE E SIGILO entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, conforme modelo em anexo no Termo de Referência.

4.6.5. O TERMO DE RESPONSABILIDADE, CONFIDENCIALIDADE E SIGILO deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, após a assinatura do contrato, na reunião inicial, em que se responsabiliza pela manutenção de sigilo e confidencialidade das informações a que possa ter acesso em decorrência da contratação.

4.6.6. A CONTRATADA deverá garantir absoluto sigilo sobre todos os processos, informações e quaisquer outros dados disponibilizados pela PCDF em função das peculiaridades dos serviços a serem prestados, salvo em caso de quebra de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária e, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

4.6.7. A CONTRATADA deverá apresentar, para cada representante, empregado ou colaborador que vier a executar atividades referentes ao objeto da contratação, TERMO DE CIÊNCIA, conforme modelo em anexo nesse Termo de Referência, em que seus profissionais declaram estar cientes das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade.

4.6.8. A CONTRATADA deverá assumir total responsabilidade por todas as informações, documentos e especificações técnicas acessadas por seus representantes, empregados e colaboradores, no decorrer de todas as fases da execução dos serviços, devendo ser consideradas, em todo o tempo, como estritamente confidenciais. Fica proibida sua reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, cabendo à CONTRATADA garantir a preservação total do sigilo das informações obtidas em função dos serviços prestados, em conformidade com o TERMO DE RESPONSABILIDADE, CONFIDENCIALIDADE E SIGILO e com os Normativos de Segurança da Informação.

4.6.9. A CONTRATADA deverá ser responsável por qualquer transferência ou remanejamento de seus colaboradores diretamente envolvidos na execução dos serviços objeto da contratação. Caso isso ocorra, a CONTRATANTE deverá ser comunicada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sendo obrigação da CONTRATADA providenciar a revogação de todos os privilégios de acesso às informações e recursos da CONTRATANTE.

4.6.10. Os profissionais da CONTRATADA que necessitem ter acesso às instalações físicas ou ao ambiente de rede da CONTRATANTE deverão, além de assinar o TERMO DE CIÊNCIA, ter seus dados previamente apresentados à CONTRATANTE, para realização de cadastro e concessão das permissões necessárias.

4.6.11. Não será permitido, em hipótese alguma, a divulgação, cópia ou retirada de quaisquer dados que estejam nos sistemas e bases de dados da CONTRATADA para fins que não estejam estritamente relacionados à prestação dos serviços contratados.

4.6.12. A CONTRATADA deverá manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas à política de segurança, as configurações de hardware e de softwares, as informações relativas ao processo de instalação, configuração e adaptações de produtos, ferramentas e equipamentos, bem como as informações relativas ao processo de implementação dos mecanismos de criptografia e autenticação no ambiente do CONTRATANTE.

4.7. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS, CULTURAIS E DE SUSTENTABILIDADE

4.7.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em consonância à Lei Distrital nº 4.774/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal.

4.7.2. Deverá também estar aderente ao Plano de Logística Sustentável da PCDF, 3ª edição, vigente até 2027, disponível em <https://www.pcdf.df.gov.br/institucional/gestao-estrategica/9128/pls>.

4.7.3. É dever do CONTRATADO adotar na execução do contrato, práticas de sustentabilidade ambiental, a recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pelo Incra, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização que sejam aplicáveis ao objeto desta licitação.

4.7.4. Trata-se de licenciamento de software sem fornecimento de mão de obra, além disso, como as licenças serão disponibilizadas de maneira on-line, por meio de portal específico para este fim, não se vislumbra a aplicação de normas de sustentabilidade ambiental.

4.7.5. A utilização de tecnologias de virtualização, as quais podem ser definidas como soluções computacionais que permitem a execução de vários sistemas operacionais e seus respectivos softwares a partir de uma única máquina física, gera benefícios como melhor aproveitamento da infraestrutura existente, a redução no consumo de energia elétrica e menor emissão de carbono.

4.7.6. O fornecimento das licenças de software deverá ser feito de forma eletrônica, evitando a confecção e transporte de mídias.

4.7.7. O software deverá ser fornecido com interface em língua portuguesa brasileira ou com possibilidade de configuração para o português do Brasil.

4.7.8. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de sustentabilidade ambiental adotadas pelo Governo do Distrito Federal e pela PCDF.

4.7.9. A CONTRATADA deve respeitar as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela ABNT, sobre resíduos sólidos.

4.7.10. Sem prejuízo aos demais critérios de sustentabilidade aplicados, a CONTRATADA deverá ainda observar os critérios estabelecidos na legislação ambiental.

4.8. Da exigência de carta de solidariedade

4.9. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

4.10. A Carta de Solidariedade deverá ser apresentada na fase de assinatura do Contrato ou do documento que venha a substituir o contrato.

4.11. REQUISITOS LEGAIS

4.11.1. **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021** – estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

4.11.2. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

- 4.11.3. **Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000** – aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns;
- 4.11.4. **Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012** – regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento;
- 4.11.5. **Lei Distrital nº 4.611, de 09 de agosto de 2011** - regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as Leis Complementares nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências;
- 4.11.6. **Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012** – dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal;
- 4.11.7. **Decreto Distrital nº 38.934, de 15 de março de 2018** – dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 4.11.8. **Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023** – Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal;
- 4.11.9. **Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, de 23 de dezembro de 2022** – Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal.
- 4.11.10. **Parecer Referencial SEI-GDF nº 066/2024 - PGDF/PGCONS** – Opinativo que tece considerações acerca da instrução da fase interna da licitação que tenha por finalidade a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. IDENTIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO:

5.1.1. **Composição básica da solução:** Licenciamento Microsoft.

5.1.2. **Detalhamento da solução:** Contratação de empresa para fornecimento de licenças de software da fabricante Microsoft, na modalidade de subscrição, incluindo serviços de suporte técnico e atualização de versões por 36 (trinta e seis) meses, prorrogável na forma da lei.

5.1.3. A solução de TIC consiste em um conjunto de soluções Microsoft para colaboração e produtividade, identidade e segurança de usuários, auditoria e conformidade de dados, gerenciamento de dispositivos, sistema operacional para servidores, serviços de acesso remoto, segurança de servidores, plataforma de dados e self-service BI.

5.2. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO

5.2.1. Os quantitativos abaixo são referentes ao planejamento da PCDF (órgão gerenciador):

ITEM	PRODUTO	P/N	ID-SGD	QUANTIDADE ANUAL
1	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16-core	9GS-00128	MS.5.0-A0723	75
2	Core CAL (per device)	W06-00022	MS.5.0-A1485	6000
3	Exchange Server Enterprise	395-02412	MS.5.0-A1052	4
4	Power BI Professional (1-month)	NK4-00002	MS.5.0-A1173	3
5	SharePoint Server Standard	H04-00232	MS.5.0-A1212	4
6	SQL Server Standard (2-core)	7NQ-00302	MS.5.0-A1217	22
7	SQL Server Enterprise (2-core)	7JQ-00341	MS.5.0-A1215	43
8	Visual Studio Professional	77D-00110	MS.5.0-A1282	45
9	Win Remote Desktop Services - User CAL	6VC-01252	MS.5.0-A1340	50
10	Windows Server Standard Core ALng LSA (2-core)	9EM-00562	MS.5.0-A1350	26
11	Teams Enterprise Sub Per User (1-month)	EP2-07387	MS.5.0-A1248	80

5.2.2. Participam deste Registro de Preços, além do órgão gerenciador, os seguintes órgãos participantes:

- UASG - 927020 - Polícia Civil do Estado de Roraima
- UASG - 927916- Fundo Estadual de Segurança Pública de Roraima

5.2.3. Estimativas de consumo individualizadas do Órgão Gerenciador e dos órgãos Participantes:

ITEM	PRODUTO	P/N	ID-SGD	QUANTIDADE ANUAL			TOTAL
				GERENCIADOR	PARTICIPANTE		
					PCDF	FESP	
1	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16-core	9GS-00128	MS.5.0-A0723	75	75	38	188
2	Core CAL (per device)	W06-00022	MS.5.0-A1485	6000	6000	3000	15000
3	Exchange Server Enterprise	395-02412	MS.5.0-A1052	4	4	2	10
4	Power BI Professional (1-month)	NK4-00002	MS.5.0-A1173	3	3	2	8
5	SharePoint Server Standard	H04-00232	MS.5.0-A1212	4	5	2	11
6	SQL Server Standard (2-core)	7NQ-00302	MS.5.0-A1217	22	22	11	55
7	SQL Server Enterprise (2-core)	7JQ-00341	MS.5.0-A1215	43	43	22	108
8	Visual Studio Professional	77D-00110	MS.5.0-A1282	45	45	23	113

9	Win Remote Desktop Services - User CAL	6VC-01252	MS.5.0-A1340	50	50	25	125
10	Windows Server Standard Core ALng LSA (2-core)	9EM-00562	MS.5.0-A1350	26	26	13	65
11	Teams Enterprise Sub Per User (1-month)	EP2-07387	MS.5.0-A1248	80	80	40	200

5.3. As quantidades previstas na Ata de Registro de Preços têm caráter meramente estimado e não representam compromisso de contratação integral por parte da Administração. No momento da formalização do contrato ou emissão da ordem de fornecimento, a Administração poderá contratar quantitativos inferiores aos registrados, conforme sua necessidade efetiva, sem que disso decorra direito à indenização, reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer outra compensação ao fornecedor. A variação para menos observará o interesse público e estará limitada às necessidades reais apuradas durante a vigência da ata.

5.4. Produto 1: CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16L

5.4.1. O CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16L é utilizado para licenciar 16 núcleos de CPU (cores) dos hosts físicos de virtualização, possibilitando a criação de ilimitadas máquinas virtuais com Sistema Operacional Windows Server, além da utilização dos produtos da família System Center, sendo o Configuration Manager, Operations Manager, Orchestrator, Service Manager, Virtual Machine Manager e Data Protection Manager.

5.4.2. O ambiente atual de virtualização da PCDF conta com 06 (seis) servidores físicos no ambiente VMware, conforme abaixo:

Equipamento	Qtde	Qtde CPU	Qtde Cores/CPU	Total de Cores
HPE DL560	6	4	18	432

5.4.3. Portanto, o citado ambiente necessita de 27 (vinte e sete) licenças de CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16L, que licencia 16 (dezesseis) núcleos (cores).

5.4.4. Este quantitativo foi utilizado no atual licenciamento dos hosts VMware, entretanto este ambiente foi ampliado com a aquisição de novos servidores, conforme Processo SEI 00052-00009509/2023-80 e Pregão Eletrônico 90007/2025, conforme abaixo:

Equipamento	Qtde	Qtde CPU	Qtde Cores/CPU	Total de Cores
Lenovo SR665 V3	12	2	32	768

5.4.5. Como os hosts HPE DL560 continuarão em operação, sendo movidos para o ambiente de homologação/desenvolvimento após a instalação dos novos servidores, estes também deverão estar contemplados no licenciamento, o que totalizará 1200 (hum mil e duzentos) núcleos (cores) a serem licenciados com o produto CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16L, sendo necessárias 75 (setenta e cinco) licenças.

5.5. Produto 2: Core CAL por dispositivo

5.5.1. A Core CAL é o licenciamento dos clientes Windows que possibilita o acesso aos seguintes serviços:

- 5.5.1.1. Windows Server
- 5.5.1.2. Exchange Server
- 5.5.1.3. Skype for Business Server
- 5.5.1.4. SharePoint Server
- 5.5.1.5. System Center

5.5.2. O licenciamento da Core CAL pode ser por usuário ou por dispositivo. Optou-se por licenciamento por dispositivo, visto que a PCDF possui uma grande quantidade de usuários externos cadastrados no Active Directory.

5.5.3. Diante do acréscimo de dispositivos na PCDF e com a previsão de mais de 2000 (dois mil) servidores públicos até 2028, o quantitativo foi atualizado de 4500 (quatro mil e quinhentas) para 6000 (seis mil) licenças Core CAL, conforme levantamento realizado pela Seção de Suporte à Tecnologia da Informação (DITEC/SIS/SST) adicionando uma margem de segurança na previsão.

5.6. Produto 3: Exchange Server Enterprise

5.6.1. O Microsoft Exchange Server é o servidor de Correio Eletrônico utilizado pela PCDF. O ambiente é composto por 04 (quatro) servidores Exchange em cluster.

5.6.2. Cada licença do Microsoft Exchange licencia 01 (um) servidor.

5.6.3. Tendo em vista a quantidade de servidores Exchange existentes que não precisa ser expandida, permanece a necessidade de 04 (quatro) licenças do produto.

5.7. Produto 4: Power BI Professional (1-month subscription)

5.7.1. A PCDF utiliza o Power BI em ambiente *on-premises* (local), que é disponibilizado no licenciamento SQL Server Enterprise;

5.7.2. Entretanto, segundo informações de representante da Microsoft, é necessário o licenciamento de pelo menos uma licença do Power BI Professional para publicação dos painéis no ambiente local do Power BI;

5.7.3. Adicionalmente poderá ser necessária mais 2 (duas) licenças do produto para a publicação, com gestão em separado, de painéis no ambiente de Internet, totalizando 03 (três) licenças.

5.7.4. Ressalte-se que o licenciamento do Power BI Professional é mensal, porém os cálculos apresentarão valores anuais.

5.8. Produto 5: SharePoint Server Standard

5.8.1. O Microsoft SharePoint oferece diversas funcionalidades para empresas e equipes, com destaque para a colaboração, gestão de documentos e criação de sites. Ele permite a criação de sites de equipe e comunicação, gerenciamento de conteúdo, busca e compartilhamento de informações.

5.8.2. Cada licença do Microsoft SharePoint licencia 01 (um) servidor.

5.8.3. O ambiente é composto por 04 (quatro) servidores SharePoint.

5.8.4. Tendo em vista a quantidade de servidores Sharepoint existentes que não precisa ser expandida, permanece a necessidade de 04 (quatro) licenças do produto.

5.9. Produto 6: SQL Server Standard (2-core pack)

5.9.1. O SQL Server Standard é um banco de dados utilizado por unidades da PCDF para a disponibilização de serviços, quando não há a

possibilidade técnica e negocial para hospedagem no cluster SQL Server gerido pela Divisão de Tecnologia – DITEC;

5.9.2. Cada licença SQL Server Standard licencia dois núcleos (cores) do servidor físico ou virtual.

5.9.3. Conforme levantamento com as demais unidades, foi verificada a necessidade de licenciamento de 44 (quarenta e quatro) núcleos de processador, totalizando 22 (vinte e duas) licenças de SQL Server Standard.

5.10. **Produto 7: SQL Server Enterprise (2-core pack)**

5.10.1. O SQL Server Enterprise é um banco de dados gerido pela Divisão de Tecnologia – DITEC e utilizado pela PCDF para a disponibilização de serviços aos usuários internos e externos, armazenando as informações de diversas aplicações;

5.10.2. Cada licença SQL Server Enterprise licencia 02 (dois) núcleos de processador do servidor.

5.10.3. O ambiente de cluster SQL Server Enterprise possui 86 (oitenta e seis) núcleos de processador nos servidores do cluster, totalizando 43 (quarenta e três) licenças de SQL Server Enterprise.

5.11. **Produto 8: Visual Studio Professional**

5.11.1. O Visual Studio Professional é uma interface de desenvolvimento de software - IDE utilizada na PCDF para a disponibilização de aplicações WEB e desktop aos usuários internos e externos;

5.11.2. A licença do Visual Studio Professional habilita um usuário desenvolvedor na utilização da ferramenta.

5.11.3. O levantamento das necessidades das unidades da PCDF quanto à ferramenta de desenvolvimento resultou no seguinte quantitativo:

UNIDADE	# DESENVOLVEDORES
DITEC	39
DIPO	02
LAB-LD	02
IPDNA	02
TOTAL	45

5.12. **Produto 9: Win Remote Desktop Services - User CAL**

5.12.1. A licença do Win Remote Desktop Services permite a utilização de servidores Windows por mais de 02 (dois) usuários, limite padrão do Sistema Operacional;

5.12.2. Tal licença é utilizada no serviço Remote Desktop Services - RDS, que possibilita o acesso remoto simultâneo de diversos usuários à sua estação de trabalho e, ainda, o acesso dos Órgãos conveniados às aplicações publicadas no serviço.

5.12.3. A PCDF disponibiliza 50 (cinquenta) acessos simultâneos ao serviço RDS, portanto, necessita de 50 (cinquenta) licenças de usuário para Win Remote Desktop Services.

5.13. **Produto 10: Windows Server Standard (2-core pack)**

5.13.1. O Windows Server Standard é um sistema operacional utilizado por unidades da PCDF para a disponibilização de serviços, quando não há a possibilidade técnica e negocial para hospedagem no cluster VMware administrado pela Divisão de Tecnologia – DITEC;

5.13.2. Cada licença Windows Server Standard licencia dois núcleos (cores) do servidor físico ou virtual.

5.13.3. Conforme levantamento com as demais unidades, foi verificada a necessidade de licenciamento de 52 (cinquenta e dois) núcleos de processador, totalizando 26 (vinte e seis) licenças de Windows Server Standard.

5.14. **Produto 11: Teams Enterprise Sub Per User (1-month subscription)**

5.14.1. O Microsoft Teams é uma plataforma de comunicação e colaboração que permite reuniões com áudio e vídeo, com a possibilidade de gravação, compartilhamento de tela, quadro branco digital para treinamentos e outras diversas funcionalidades.

5.14.2. Cada licença do MS Teams licencia um usuário e a subscrição é mensal, porém os cálculos apresentarão valores anuais.

5.14.3. Conforme levantamento, foi verificada a necessidade de licenciamento de 80 (oitenta) usuários.

6. **PAPEIS E RESPONSABILIDADES**

6.1. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

6.1.2. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

6.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução/Serviços que serão contratados;

6.1.7. Proporcionar todos os meios para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços objeto da contratação;

6.1.8. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas orçamentárias, financeiras e contábeis do Distrito Federal;

6.1.9. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;

6.1.10. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

6.1.11. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas e penalidades a serem aplicadas;

6.1.12. Permitir o acesso do pessoal técnico, devidamente identificado, necessário à execução dos serviços às instalações físicas onde serão executados os serviços, observando os preceitos legais, regulamentos e normas que disciplinam a segurança e o sigilo da informação e do ambiente;

6.1.13. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços não obstante a fiscalização da CONTRATADA;

6.1.14. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, de acordo com as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta de preços, por meio dos servidores designados, não eximindo a contratada de suas obrigações por eventual omissão na fiscalização;

6.1.15. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com o Contrato, aplicando as penalidades cabíveis;

- 6.1.16. Colocar à disposição da CONTRATADA equipe responsável pela administração de sistemas e dados para acompanhamento;
- 6.1.17. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 6.1.18. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer, quando couber.

6.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 6.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do gestor do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 6.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 6.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 6.2.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.2.6. Garantir o funcionamento e disponibilidade do objeto durante toda a vigência do contrato;
- 6.2.7. Fornecer, sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, os esclarecimentos e as informações técnicas pertinentes;
- 6.2.8. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.2.9. Quando especificada, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- 6.2.10. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato;
- 6.2.11. Impor, a todos os serviços executados, rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência, com estrita observância dos prazos;
- 6.2.12. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração, quando aplicável;
- 6.2.13. Corrigir os serviços, desde que fique comprovada a existência de fato que impeça sua regular utilização, mesmo após o aceite, cuja a verificação da inconformidade dos serviços com a especificação do Termo de Referência fique comprovada ou até mesmo a substituição de material utilizado e não previsto;
- 6.2.14. Exigir que seus funcionários:
- 6.2.14.1. Apresentem-se e identifiquem-se ao responsável pela Unidade de lotação solução beneficiada pelo contrato, antes de iniciar a execução de qualquer serviço;
- 6.2.14.2. Usem crachá quando estiver efetuando qualquer serviço na Unidade da CONTRATANTE;
- 6.2.14.3. Colaborem com os servidores da CONTRATANTE que forem acompanhar os serviços, fornecendo as informações pertinentes.
- 6.2.14.4. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer em suas áreas de trabalho, para adoção das medidas cabíveis;
- 6.2.15. Em nenhuma hipótese haverá vínculo empregatício dos funcionários da CONTRATADA com a CONTRATANTE;
- 6.2.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.2.17. Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto deste instrumento;
- 6.2.18. Responsabilizar-se por todos os impostos incidentes sobre o contrato, bem como as despesas gerais efetuadas por seus agentes de serviço;
- 6.2.19. Observar os preceitos legais, regulamentos e normas que disciplinam a segurança e o sigilo da informação e do ambiente da PCDF;
- 6.2.20. A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da PCDF, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a PCDF.
- 6.2.21. Executar as obrigações contratuais conforme especificações deste Termo de Referência e de sua Proposta;
- 6.2.22. Informar prontamente ao CONTRATANTE sobre fatos e/ou situações relacionadas à prestação dos serviços contratados que representem risco ao êxito da contratação ou ao cumprimento de prazos exigidos além de responsabilizar-se pelo conteúdo e veracidade das informações prestadas, sob pena de incorrer em situações de dolo ou omissão e comunicar ao gestor do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique durante a prestação dos serviços;
- 6.2.23. Solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento das suas obrigações contratuais, exceto aquelas que já forem de responsabilidade da CONTRATANTE fornecer, nos termos do instrumento contratual;
- 6.2.24. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 6.2.25. Utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, equipamentos, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade do serviço e o atendimento às especificações contidas no Contrato;
- 6.2.26. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos e condições não sejam cumpridas;
- 6.2.27. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 6.2.28. A fiscalização exercida pela CONTRANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive, por danos que possam ser causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do contrato;

6.2.29. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.2.30. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO/EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1.1. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

7.1.2. Após a assinatura do contrato, o gestor do contrato, com a participação da Equipe de Fiscalização do Contrato (Gestor do Contrato, Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante), formalmente designados, convocará reunião inicial com a CONTRATADA para alinhamento de expectativa e entrega da solução, a ser realizada no prazo máximo até 10 (dez) dias úteis da data de assinatura do contrato.

7.1.3. O prazo de entrega do objeto da contratação, isto é a disponibilização de chaves de acesso das licenças subscritas, bem como acesso à repositório virtual para download de software, se caso, será de até 15 (quinze) dias corridos a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por igual período, desde que justificado pela Contratada e autorizado pela Contratante.

7.1.4. Todas as licenças serão disponibilizadas de forma online. Excepcionalmente, caso algum serviço necessite ser executados localmente, devem ser executados no edifício da Divisão de Tecnologia, no SAIS Quadra 7 Lote 23 s/n, Estrada Setor Policial Militar Sul, DF, CEP: 70610-902, endereço: SPO - lote 23, Bloco I, Térreo - Centro Tecnológico, Complexo da PCDF - Brasília/DF - CEP: 70.610-907.

7.1.5. A CONTRATADA deverá prover suporte técnico e garantia de 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento do Termo de Aceite Definitivo.

7.1.6. Os serviços de garantia, suporte técnico, atualização de versões deverão atender aos níveis de serviço estabelecidos para a solução de problemas reportados pela contratante. Os problemas serão categorizados por nível de prioridade, impacto na condição operacional da solução e expectativa de prazo máximo de atendimento.

7.1.7. As atualizações ou correções das versões das licenças deverão seguir a política definida pelo fabricante da solução para o licenciamento de subscrição que se pretende adquirir.

7.1.8. No ato de entrega deverão ser fornecidas, pela CONTRATADA, as últimas versões dos softwares disponíveis no mercado pelo fabricante.

7.1.9. As licenças entregues deverão ser acompanhados da Nota Fiscal, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número da Ordem de Fornecimento e da Nota de Empenho correspondentes, além de informações como: marca, nome do fabricante e quantidade.

7.1.10. O objeto da contratação deverá ser entregue na Divisão de Tecnologia da Polícia Civil - DITEC, situada no SPO Conjunto A, Lote 23, Centro Tecnológico, Térreo – Complexo da PCDF – Brasília/DF, CEP: 70.610-907, contato pelo telefone (61) 3207-5146/4666 SGI/DITEC), ou poderá ser disponibilizada para a PCDF pela Internet, através do site do fabricante, quando viável.

7.1.11. A CONTRATADA deverá fornecer licenças com as mesmas configurações e quantidades definidas no Termo de Referência.

7.1.12. A entrega/disponibilização com atraso sujeitará a CONTRATADA à multa moratória, conforme estabelecido no item 8 deste documento. A CONTRATANTE se reserva o direito de recusar o recebimento quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias.

7.1.13. Caberá à equipe de fiscalização nomeada pela CONTRATANTE o acompanhamento das entregas e solicitação de eventuais penalidades.

7.1.14. A PCDF rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com os termos do Contrato.

7.2. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

7.2.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e a Contratada, os seguintes:

7.2.1.1. Ordem de Fornecimento de Bens/Serviços;

7.2.1.2. Ata de reunião;

7.2.1.3. Ofício;

7.2.1.4. Sistema de abertura de chamados;

7.2.1.5. E-mails, cartas.

7.2.1.6. Outras formas de comunicações aplicáveis.

7.2.1.7. Após a contratação, a Contratada deve dirigir formalmente para os executores designados, conforme

7.3. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

7.3.1. A CONTRATADA ficará proibida de veicular e comercializar os produtos e informações geradas, relativas à prestação dos serviços, salvo se houver a prévia autorização por escrito da PCDF.

7.3.2. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos fonte ou artefatos contidos em quaisquer documentos/mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela PCDF a tais documentos, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

7.3.3. Poderá ser exigido do profissional da Contratada que tiver acesso aos sistemas/dependências da CONTRATANTE a assinatura de Termo de Responsabilidade e Sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da PCDF ou a serviço desta, salvo se expressamente autorizado.

7.3.4. O profissional da Contratada que tiver acesso à estrutura computacional disponibilizada pela PCDF deverá assinar termo declarando estar ciente de que esta não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando endereço da PCDF ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas.

7.3.5. O profissional da Contratada que prestar serviços na PCDF deverá assinar Termo de Compromisso declarando total obediência aos preceitos legais, regulamentos e normas que disciplinam a segurança e o sigilo da informação e do ambiente da PCDF vigentes, ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, no âmbito da PCDF.

7.3.6. O Termo de Responsabilidade, Compromisso e Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II.

7.4. FORMA DE PAGAMENTO

7.4.1. O pagamento será feito em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira após a efetiva ativação de todas as licenças contratadas, validada pela

emissão do Termo de recebimento definitivo.

7.4.2. O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Gestor/Fiscal do Contrato e acompanhada da Certidão Negativa de Débitos emitida pelo INSS, do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal e da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e em observância ao Decreto nº 32.767/2011, visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como o prazo de validade, a data da emissão, os dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá conter a descrição do objeto e quantitativo, em atendimento à Ordem de Fornecimento de Bens expedida, comprovado por meio de relatório ou listagem que será encaminhado ao Gestor do Contrato.

7.4.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.4.6. Juntamente com a nota fiscal a Contratada deverá apresentar:

7.4.6.1. Documento comprovando a disponibilização das licenças no site da fabricante;

7.4.6.2. Outros documentos não listados, exigidos pelo Gestor do Contrato;

7.4.6.3. Documentação comprobatória da regularidade fiscal.

7.4.7. A Administração realizará consultas ao SICAF, STC/GDF, CEIS/CGU e ao CNJ (condenações cíveis por atos de Impropriedade Administrativa) para:

7.4.7.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.4.7.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (IN nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.4.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.10. Persistindo a irregularidade, a contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.4.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4.12. As multas que porventura forem aplicadas ao contratado serão, inicialmente, descontadas da garantia eventualmente prestada e, na hipótese de valor remanescente, debitadas nas parcelas a receber.

7.4.13. Quando o contratado não providenciar o reforço da garantia ou não revalidá-la, os pagamentos ficarão retidos até a regularização da situação.

7.4.14. Os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, referentes a créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00, serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A- BRB, na forma do Decreto-DF nº 32.767/2011, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de apresentação pela Contratada da documentação fiscal correspondente devidamente atestada pelo executor do contrato, excluindo:

7.4.14.1. Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

7.4.14.2. Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

7.4.14.3. Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

7.4.15. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.4.16. Nenhum pagamento será feito ao contratado caso o(s) serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esses serem refeitos(s) pelo contratado de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

7.4.17. Caso a Contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), deverá apresentar Declaração (modelo do Anexo IV da IN RFB nº 1234 de 11/01/2012, alterada pela IN RFB nº 1244 de 30/01/2012) juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção de Impostos e Contribuições, observadas as disposições do Art. 64 da Lei 9.430/96 e Instrução Normativa SRF nº 539, de 25/04/2005 ou outra que por ventura vier a substituí-la.

7.4.18. O pagamento obedecerá ao cronograma de execução físico-financeira.

7.4.19. Quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas na Divisão de Orçamento e Finanças – DOF/PCDF, localizada no SPO, Edifício Sede do Complexo da Polícia Civil do Distrito Federal, ou ainda pelo telefone (61) 3207-4058 ou pelo endereço eletrônico: dof@pcdf.df.gov.br.

8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

8.1. CRITÉRIOS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato serão realizados por servidores da CONTRATANTE, designados como Gestor e Fiscais Requisitante, Técnico e Administrativo do Contrato, os quais obedecerão às disposições de normas e resoluções internas do órgão, ao contido no art. 33 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, e ao disposto nos artigos de 21 a 24 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

8.1.2. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

8.1.3. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

8.1.4. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

8.1.4.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

8.1.4.2. Assinatura e recebimento, por parte da Contratada, do Termo de Responsabilidade, confidencialidade e sigilo e do Termos de Ciência;

8.1.4.3. Entrega do documento de Ordem de Fornecimento a Contratada;

8.1.4.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

8.1.4.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

8.1.5. No que se refere ao fornecimento da solução, observar-se-ão as especificações técnicas do objeto entregue em atendimento às exigidas neste Termo de Referência, cujo recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais técnico e administrativo e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente, nos termos do art. 27 do Decreto Distrital nº 44.330/2023

8.1.6. Para os serviços de suporte técnico e garantia, o fiscal técnico deverá acompanhar o atendimento das solicitações de chamado de suporte técnico para garantir o cumprimento da solução definitiva dentro dos prazos estabelecidos neste TR.

8.1.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas neste Termo de Referência e no Contrato, e as normas do Decreto Distrital nº 44.330/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.8. Caberá ao fiscal administrativo, dentre outras atividades, prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas, bem como examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, relatar ao gestor do contrato para as providências pertinentes.

8.1.9. Os fiscais técnico e administrativo deverão auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 23 Decreto Distrital nº 44.330/2023.

8.1.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.1.11. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto da licitação, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

8.1.12. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

8.1.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

8.2. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.2.1. A solução contratada será recebida pela equipe de gestão e fiscalização do contrato mediante Termo recebimento, observado os dispostos no art. 140 da Lei 14.133/2021 e do art. 27 do Decreto nº 44.330, da forma a seguir.

8.2.2. O fornecimento das licenças se dará pelo site do fabricante, com acesso exclusivo pela CONTRATANTE, por meio de credenciais específicas e verificação das licenças e quantidades disponibilizadas frente à quantidade e tipos de licenças constantes da Ordem de Serviço.

8.2.3. Condições de recebimento:

8.2.4. O recebimento e aceite das licenças Microsoft serão feitos segundo os seguintes critérios:

8.2.4.1. **Provisoriamente:** cujo termo de recebimento provisório - TRP será emitido no prazo de 15 dias a contar da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

8.2.4.2. **Definitivamente,** em até 15 (quinze) dias do recebimento provisório, após a ativação das licenças.

8.2.5. A Equipe de Fiscalização fará entrega do documento Ordem de Fornecimento das licenças Microsoft na reunião inicial.

8.2.6. O prazo de disponibilização das licenças no ambiente da CONTRATADA para ativação será de até 15 dias corridos a contar da emissão da ordem de serviço pelo gestor do contrato.

8.2.7. Após disponibilização das licenças, a CONTRATADA deverá demonstrar, no ambiente da Microsoft, que as licenças estão atribuídas à CONTRATANTE pelo prazo previsto de 36 meses, de forma a comprovar a ativação das licenças.

8.2.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus Anexos e na proposta comercial, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação oficial pelo gestor do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.2.9. A CONTRATADA deverá auxiliar a CONTRATANTE, caso necessário, na instalação dos produtos não existentes no parque computacional da PCDF.

8.2.10. Na hipótese de ser verificada a impropriedade do objeto no ato da entrega/execução, a equipe de fiscalização o rejeitará imediatamente, no todo ou em parte, sendo a CONTRATADA notificada a proceder à regularização no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a verificação.

8.2.11. Havendo reincidência quanto à impropriedade do objeto no momento da entrega/execução retificadora, poderão ser aplicadas as sanções previstas contratualmente.

8.2.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.2.13. O prazo para a solução, pela PCDF, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.2.14. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

8.3. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO - NMS

8.3.1. O atendimento pela CONTRATADA ou fabricante será prestado de acordo com o nível de severidade definido para cada caso, conforme tabela abaixo:

Severidade	Descrição	Prazo de Solução	Penalidade
Crítica	Software sem condições de funcionamento em ambiente de produção, causando grave impacto.	6 horas	Multa de 0,2% do valor total do contrato por chamado descumprido
Alta	Problema restringe o pleno funcionamento do software em ambiente de produção, afetando um único usuário, cliente ou serviço, causando moderado impacto.	24 horas	Multa de 0,1% do valor total do contrato por chamado descumprido
Baixa	Problema não afeta o funcionamento do software em ambiente de produção e não apresenta impacto expressivo na produtividade e no serviço, causando mínimo impacto operacional.	15 dias	Multa de 0,05% do valor total do contrato por chamado descumprido

8.3.2. Quando ocorrer um fato sujeito a diferentes glosas, estão são consideradas independentemente e de forma cumulativa.

8.3.3. As glosas serão limitadas a 50% (cinquenta por cento) do valor anual da contratação, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas neste contrato;

8.3.4. O descumprimento dos níveis de serviço definidos implicará desconto na próxima fatura (glosa) quando não for devidamente justificado pela CONTRATADA.

8.3.5. As eventuais justificativas apresentadas pela CONTRATADA quanto ao citado descumprimento serão acolhidas ou não segundo entendimento próprio do CONTRATANTE.

8.3.6. No caso de discordância das glosas aplicadas, a CONTRATADA poderá apresentar recurso para análise do CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3.7. Caso haja decisão do CONTRATANTE favorável ao recurso, a CONTRATADA emitirá nota de cobrança adicional para que seja efetuado o pagamento referente ao custo glosado;

8.3.8. A nota fiscal de faturamento dos serviços emitida pela CONTRATADA será atestada pelo Gestor do Contrato e encaminhada à área financeira para liquidação e pagamento, acompanhada da documentação comprobatória das glosas.

8.3.9. Nos casos em que os atrasos forem superiores aos limites previstos, a CONTRATADA poderá sofrer sanções do CONTRATANTE conforme previsto no Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das glosas cabíveis;

8.4. **Compatibilidade e conformidade.**

8.4.1. Durante a vigência, a CONTRATADA deverá assegurar a conformidade com a matriz de compatibilidade dos fabricantes e a observância das políticas de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE.

8.5. **GARANTIA CONTRATUAL**

8.5.1. Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos do contrato, a Contratada, de acordo com o disposto no art. 147 do Decreto nº 44.330/2023 e no art. 96 da Lei 14.133/2021, deverá prestar garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor contratado à Contratante, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, mediante comprovante de uma das seguintes modalidades:

8.5.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

8.5.1.2. Seguro-garantia;

8.5.1.3. Fiança Bancária, ou

8.5.1.4. Título de capitalização custeado por pagamento único.

8.5.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, prorrogável por igual período.

8.5.3. No caso de seguro-garantia, sua apresentação deverá ocorrer antes da assinatura do contrato, como condição indispensável para sua formalização.

8.5.4. A CONTRATADA deverá repor, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor da garantia eventualmente utilizada pela CONTRATANTE.

8.5.5. A garantia prestada pela CONTRATADA deverá ser renovada a cada prorrogação, e deverá ser prestada por todo o prazo de execução do contrato, e mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, prazo este correspondente ao período de garantia da execução dos serviços, nos termos do art. 97, I da Lei nº 14.133/2021.

8.5.6. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

8.5.6.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

8.5.6.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

8.5.6.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

8.5.6.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

8.5.7. Será considerada extinta a garantia:

8.5.7.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

8.5.7.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique ocorrências detectadas até esse prazo.

8.5.7.3. Para prestação da garantia contratual, fica vedado à CONTRATADA pactuar com terceiros (segurados, instituições financeiras, etc.), cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual.

8.6. FORMAS DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

Descrição	Prazo
Reunião Inicial	Até 10 dias úteis contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.
Emissão da Ordem de Serviço	Ordem Fornecimento das licenças Microsoft pela Contratante na reunião inicial.
Disponibilização das Licenças	Até 15 dias contados da emissão da ordem de Serviço
Termo de Recebimento Provisório	Até 15 dias da emissão da Ordem de Serviço
Termo de Recebimento Definitivo	Até 15 dias contados da ativação dos produtos.
Atesto da Nota Fiscal	Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento.
Pagamento da 1ª Parcela anual	Até 30 dias do atesto da Nota Fiscal
Pagamento da 2ª Parcela anual	Em 12 meses a contar do Atesto da Nota Fiscal
Pagamento da 3ª Parcela anual	Em 24 meses a contar do Atesto da Nota Fiscal
Serviço de garantia e suporte técnico	Pelo prazo de 36 meses a contar da emissão do aceite

9. SANÇÕES APLICÁVEIS

9.1. Em atendimento ao disposto no art. 19, inciso IV da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, fica estabelecido que os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

9.2. Com fundamento na Lei nº 14.133 de 2021, comete infração administrativa a CONTRATADA que:

9.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

9.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.2.3. Der causa à inexecução total do contrato;

9.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.2.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.2.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 9.2.5, 9.2.6, 9.2.7 e 9.2.8, bem como nos subitens 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.3.4. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

9.3.5. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.4. Será facultada à CONTRATADA a apresentação de defesa prévia no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, em observância ao art. 157 da Lei nº 14.133/2021.

9.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

9.6. Na aplicação das sanções, serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

9.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.6.4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

9.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10. ESTIMATIVA DE CUSTOS

10.1. A metodologia utilizada para a composição dos preços e obtenção do preço de referência fundamentou-se nos arts. 99 a 104 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, cujo detalhamento da pesquisa e dos cálculos constam na Estimativa de Custo e Orçamento 1 (191063251).

10.2. Com base nos valores obtidos, o preço de referência para contratação das licenças Microsoft para utilização no parque tecnológico da Polícia Civil, contemplando suporte à instalação, garantia e suporte técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses, perfaz o total de **R\$ 41.922.152,16 (quarenta e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos)**, como demonstrado na tabela a seguir:

TABELA ESTIMATIVA DE CUSTOS (LICENÇAS MICROSOFT)						
Item	Objeto	U.M.	Quantidade Estimada	Valor de Referência Unitário (12 meses)	Valor de Referência Total (12 meses)	Valor de Referência Total (36 meses)
1	CIS Suite Datacenter Core ALNg LSA 16-core	Licença	188	R\$ 19.360,80	R\$ 3.639.830,40	R\$ 10.919.545,20
2	Core CAL (per device)	Licença	15000	R\$ 371,98	R\$ 5.579.700,00	R\$ 16.739.100,00
3	Exchange Server Enterprise	Licença	10	R\$ 9.715,36	R\$ 97.153,60	R\$ 291.460,80
4	Power BI Professional (1-month)	Licença	8	R\$ 501,90	R\$ 4.015,20	R\$ 12.045,60
5	SharePoint Server Standard	Licença	10	R\$ 16.303,18	R\$ 163.031,80	R\$ 488.591,40
6	SQL Server Standard (2-core)	Licença	55	R\$ 8.452,50	R\$ 464.887,50	R\$ 1.394.662,50
7	SQL Server Enterprise (2-core)	Licença	108	R\$ 33.125,02	R\$ 3.577.502,16	R\$ 10.732.506,88
8	Visual Studio Professional	Licença	113	R\$ 2.741,17	R\$ 309.752,21	R\$ 929.256,63

9	Win Remote Desktop Services - User CAL	Licença	125	R\$ 321,26	R\$ 40.157,50	R\$ 12
10	Windows Server Standard Core ALng LSA (2-core)	Licença	65	R\$ 320,19	R\$ 20.812,35	R\$ 6
11	Teams Enterprise Sub Per User (1-month)	Licença	200	R\$ 386,04	R\$ 77.208,00	R\$ 23
VALOR TOTAL					R\$ 13.974.050,72	R\$ 41,9

10.3. Respeitado o valor unitário constante do subitem anterior, o custo estimado da contratação, individualizada por Órgão Gerenciado e Participantes, segue abaixo:

TABELA ESTIMATIVA DE CUSTOS (LICENÇAS MICROSOFT)								
Item	Objeto	QUANTIDADE INDIVIDUALIZADA			TOTAL	VALOR INDIVIDUALIZADO		
		GERENCIADOR	PARTICIPANTE			GERENCIADOR	PARTICIPANTE	
		PCDF	FESP	PCRR		PCDF	FESP	PCRR
1	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16-core	75	75	38	188	R\$ 4.356.180,00	R\$ 4.356.180,00	R\$ 2.207.131,20
2	Core CAL (per device)	6000	6000	3000	15000	R\$ 6.695.640,00	R\$ 6.695.640,00	R\$ 3.347.820,00
3	Exchange Server Enterprise	4	4	2	10	R\$ 116.584,32	R\$ 116.584,32	R\$ 58.292,16
4	Power BI Professional (1-month)	3	3	2	8	R\$ 4.517,10	R\$ 4.517,10	R\$ 3.011,40
5	SharePoint Server Standard	4	4	2	11	R\$ 195.638,16	R\$ 195.638,16	R\$ 97.819,08
6	SQL Server Standard (2-core)	22	22	11	55	R\$ 557.865,00	R\$ 557.865,00	R\$ 278.932,50
7	SQL Server Enterprise (2-core)	43	43	22	108	R\$ 4.273.127,58	R\$ 4.273.127,58	R\$ 2.186.251,32
8	Visual Studio Professional	45	45	23	113	R\$ 370.057,95	R\$ 370.057,95	R\$ 189.140,73
9	Win Remote Desktop Services - User CAL	50	50	25	125	R\$ 48.189,00	R\$ 48.189,00	R\$ 24.094,50
10	Windows Server Standard Core ALng LSA (2-core)	26	26	13	65	R\$ 24.974,82	R\$ 24.974,82	R\$ 12.487,41
11	Teams Enterprise Sub Per User (1-month)	80	80	40	200	R\$ 92.649,60	R\$ 92.649,60	R\$ 46.324,80
VALOR TOTAL						R\$ 16.735.423,53	R\$ 16.735.423,53	R\$ 8.451.305,10

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. FONTE DE RECURSOS

11.1.1. As despesas resultantes desta contratação estão inicialmente previstas no **Programa de Trabalho 28.845.0903.00NR.0053 – Manutenção da Polícia Civil do Orçamento da União, fonte 100 (FCDF)**, cuja fonte de recursos será ratificada quando da reserva orçamentária feita pela Divisão de Orçamento de Finanças – DOF.

11.2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

Id	Descrição	Valor (R\$)	Prazo
1	Fornecimento de licenciamento de softwares Microsoft	3 (três) parcelas anuais de R\$ 5.578.474,51	O pagamento será feito em três parcelas anuais, sendo a primeira parcela paga em até 30 (trinta) dias contados a partir da data do atesto, e as duas restantes nos 12 e 24 meses subseqüentes.

Obs: o valor da parcela considerou o valor estimado, cujo valor real deve ser o previsto no Contrato assinado.

11.3. TIPO DE EMPENHO

11.3.1. O empenho desta contratação será global, tendo em vista que a despesa advinda da contratação será paga de forma parcelada.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA

12.1.1. Ter prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias úteis, a contar da data de sua apresentação;

12.1.2. Descrever de forma clara as especificações do objeto e outros dados que facilitem a análise e o julgamento;

12.1.3. As propostas deverão ser apresentadas com as quantidades, contemplando o valor unitário de cada item, valor anual, e o valor global. Os valores deverão estar atualizados, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, conforme modelo de proposta;

12.1.4. Indicar de forma expressa que o preço cotado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação;

12.1.5. Declarar que concorda e cumprirá todas as condições que constarão do Termo de Referência;

12.1.6. Informar dados da empresa como: razão social, endereço completo, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente e endereço eletrônico;

12.1.7. Apresentar valores atualizados expressos em Reais, em algarismo e por extenso, conforme modelo de proposta;

12.1.8. Indicar de forma detalhada as especificações da solução cotada, marca e modelo, e outros dados que facilitem a análise e o julgamento.

12.2. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

12.2.1. No preço cotado, deverão ser incluídas todas as despesas com mão-de-obra, auxílio alimentação ou refeição, transporte, fretes, taxas, serviços de suporte, tributos, garantia e quaisquer outras vantagens pagas aos colaboradores, prêmio de seguro e taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, ICMS, viagens de colaboradores, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, ou seja, todos os componentes de custos agregados ao fornecimento das Licenças, inclusive o lucro,

necessários à perfeita execução do objeto da licitação e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

12.2.2. Será considerada vencedora do lote a empresa que apresentar a proposta com menor valor global para o conjunto de itens, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência e no edital do Pregão, em razão das características e peculiaridades, conforme descrito nas especificações técnicas.

12.2.3. A proposta deverá ser apresentada conforme modelo do Anexo I.

12.3. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.3.1. A empresa Licitante deverá apresentar comprovação relativa à qualificação técnica para fins de habilitação técnica, 01 (um) ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, a ser(em) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, que comprove que a licitante forneceu licenças e serviços das soluções Microsoft, de acordo com o art. 67 da Lei nº. 14.133/21, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.3.2. O documento apresentado pela licitante para comprovação de sua qualificação técnica, além de possuir informações técnicas e operacionais suficientes para qualificar o escopo realizado, deverá conter dados que possibilitem à contratante, por intermédio de seu Pregoeiro, caso julgue necessário, confirmar sua veracidade junto ao cedente emissor.

12.3.3. Deverão constar do(s) atestado(s) de capacidade técnica os seguintes dados: razão social, CNPJ, endereço, telefone e identificação dos responsáveis pelas informações, especificação completa do fornecimento, prazo de vigência do contrato, local e data de expedição.

12.3.4. A comprovação da capacidade técnica será exigida como critério de qualificação técnica e deverá permanecer durante toda a vigência contratual.

12.3.5. O(s) atestado(s) de capacidade técnica será(ão) submetido(s) a Diretoria de Tecnologia da Informação – DITEC/DGI para validação técnica.

12.4. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

12.4.1. Deverá ser apresentada certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

12.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.4.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

12.4.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

12.4.5. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

12.4.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, na forma do §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:**

12.5.1. **Informações relevantes para a apresentação da proposta**

12.5.1.1. De acordo com o art. 12, § 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, nas licitações por preço global, cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras - NTB, de acordo com o art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5.1.2. Dessa feita, cada item deverá estar discriminado separadamente nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço unitário por item, na composição do valor unitário total para 12 meses, e ao fim o valor total para 36 meses, cita-se:

ITEM	PRODUTO	P/N	ID-SGD	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (12 MESES)	VALOR TOTAL (36 MESES)
1	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16L	9GS-00128	MS.5.0-A0723	75			
2	Core CAL per device	W06-00022	MS.5.0-A1485	6000			
3	Exchange Server Enterprise	395-02412	MS.5.0-A1052	4			
4	Power BI Professional (1-month subscription)	NK4-00002	MS.5.0-A1173	3			
5	SharePoint Server Standard	H04-00232	MS.5.0-A1212	4			
6	SQL Server Standard (2-core pack)	7NQ-00302	MS.5.0-A1217	22			
7	SQL Server Enterprise (2-core pack)	7JQ-00341	MS.5.0-A1215	43			
8	Visual Studio Professional	77D-00110	MS.5.0-A1282	45			
9	Win Remote Desktop Services - User CAL	6VC-01252	MS.5.0-A1340	50			
10	Win Server Standard Core ALng LSA 2L	9EM-00562	MS.5.0-A1350	26			
11	Teams Enterprise Sub Per User (1-month subscription)	EP2-07387	MS.5.0-A1248	80			
VALOT TOTAL (36 MESES):							

12.5.1.3. A proposta em papel timbrado, contendo o nome da empresa, nome fantasia, CNPJ, Cadastro fiscal do DF, telefone da empresa, e-mail da empresa, telefone, nome completo e CPF do representante comercial/preposto, e prazo de validade não inferior a 90 dias, conforme MODELO no **Anexo I deste Termo de Referência**.

12.5.1.4. Caso a proposta seja emitida com assinatura eletrônica, deve ser possível a sua confirmação de autenticidade. Caso seja assinada de forma manuscrita, a assinatura deve ter firma reconhecida e posteriormente digitalizada para envio.

12.5.1.5. A detentora do melhor preço para o Lote único deverá apresentar uma Proposta Comercial com comprovação de atendimento da especificação técnica constante desse Termo de Referência.

12.5.1.6. Eventuais declarações ou documentos falsos apresentados sujeitaram à proponente a apuração administrativa e criminal, nos termos da lei.

12.5.2. **Caracterização da Solução:** Por se tratar de bens e serviços usuais no mercado e passíveis de serem definidos de forma objetiva, o objeto em questão se enquadra na definição de bens e serviços comuns, conforme art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

12.5.3. **Tipo de Licitação:** O critério de julgamento das propostas que deverá ser levado em conta é o de **MENOR PREÇO GLOBAL** dentre os fornecedores que apresentarem condições de realizar o serviço conforme art. 33, inciso I, da Lei 14.133/2021 e art. 115 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

12.5.4. **Modalidade de Licitação:** Por se tratar de bens e serviços comuns e como existem no mercado diversas empresas capazes de atender as necessidades da Contratante, sendo que a escolha pode ser feita baseada somente no preço ofertado, a seleção do fornecedor deve dar-se-á por meio de Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021 e art. 114 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

12.5.5. **Regime de execução:** Trata-se de fornecimento e bens com prestação de serviços de garantia e suporte técnico associados.

12.5.6. **Tratamento Diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP:** Não será aplicado o tratamento diferenciado, segundo determinações da Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei Distrital nº 4.611/2011, em razão do valor estimado da contratação e por não haver viabilidade técnica para a divisibilidade do objeto de cada grupo em grupos menores ou itens de cotas, considerando-se que a divisão poderia ocasionar datas de entregas e características diferentes para o mesmo produto licitado. A divisão dos itens em cotas reservadas abre a possibilidade para que o mesmo produto seja arrematado por duas empresas diferentes, podendo causar grandes problemas na execução contratual. Corre-se ainda o risco de se ter itens desertos ou fracassados, o que afetaria diretamente no atendimento da necessidade da contratação. Importante ressaltar que não há também como se garantir a quantidade mínima de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, nos termos do art. 49, II da LC nº 123/2006.

12.5.7. **Subcontratação, Subcontratação Compulsória:** Não serão admitidas na presente contratação em razão da não possibilidade de fracionamento do objeto de cada item separado, e por não se tratar de objeto complexo ou de grande vulto.

12.5.8. **Consórcio e Cooperativa:** Não serão admitidos na presente contratação em razão da não possibilidade de fracionamento do objeto, que não é complexo e tampouco de grande vulto, e dadas as características específicas da contratação dos produtos a serem fornecidos, uma vez que não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas (heterogeneidade de atividades empresariais) para o fornecimento do objeto deste TR. Há diversas empresas do mercado que fornecem o objeto a ser contratado. Nessa situação, caso a participação do consórcio fosse permitida, estaria limitando a concorrência, pois as empresas poderiam deixar de ser concorrentes com objetivo de se unir, reduzindo a oportunidade de oferta de um preço mais justo pelo serviço.

12.5.9. **Critérios de Julgamento:** O critério de julgamento será o de **menor preço GLOBAL**.

13. VISTORIA

13.1. Considerando que a presente contratação será para o fornecimento de licenças em regime de subscrição de licenças, não há previsão de vistoria pelas licitantes.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, podendo ser reajustado após o prazo de 1 (um) ano, contado da **data do orçamento estimado em 08/01/2026**; e desde que não ultrapasse, em nenhuma hipótese, o valor máximo de referência PMC-TIC, estabelecidos em conformidade com os termos e condições do Acordo Corporativo nº 8/2020 - Microsoft.

14.2. Os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação do **Índice Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI**, na forma do art. 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por simples apostilamento.

15. VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O contrato vigorará por 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 179, §20, do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

15.2. O prazo de vigência contratual não se confunde com o prazo de prestação dos serviços de suporte técnico, manutenção e garantia, que serão prestados pelo período de 36 (trinta e seis) meses a contar da emissão do termo de recebimento definitivo e aceite da solução.

15.3. O contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021 em razão do objeto tratar-se de fornecimento contínuo de serviços com garantia e suporte técnico associados.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Caso os prazos definidos no Termo de Referência não estejam expressamente indicados nas propostas, eles serão considerados como aceitos pela CONTRATADA.

16.2. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

16.3. Nos termos do artigo 1º da Lei Distrital 5.061/2013, c/c o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, é estritamente vedado o uso de mão de obra infantil.

16.4. Havendo irregularidades no instrumento, deve-se entrar em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

16.5. Nos termos do artigo 1º da Lei Distrital 5.448/2015, fica proibido qualquer conteúdo discriminatório contra a mulher, que incentive a violência contra a mulher, que exponha a mulher a constrangimento, de natureza homofóbica ou que represente qualquer tipo de discriminação.

17. DOCUMENTOS ANEXOS

- 17.1. Anexo I - Modelo De Proposta De Preços
17.2. Anexo II - Modelo De Termo De Responsabilidade, Confidencialidade E Sigilo
17.3. Anexo III - Modelo De Termo De Ciência
17.4. Anexo IV - Modelo De Termo De Recebimento Provisório
17.5. Anexo V - Modelo De Termo De Recebimento Definitivo
17.6. Anexo VI - Modelo De Ordem De Serviço Ou Fornecimento De Bens
18. **DESPACHOS FINAIS E ENCAMINHAMENTOS**

Equipe de Planejamento da Contratação:

INTEGRANTE TÉCNICO: Daniel Linhares Lim-Apo, Matrícula nº 63.475-1
INTEGRANTE REQUISITANTE: Rômulo Ribeiro Moreira, Matrícula nº 77.471-5
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO: Tiago Matheus Lopes, Matrícula nº. 1.721.908-6

Autoridade Competente:

Simone Pereira Duarte

Matrícula nº 78.526-1
Diretor da DITEC/DGI/PCDF

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Em papel timbrado da empresa)

À

Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ e Inscrição Estadual nº _____ estabelecida no (a) _____, para formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento de licenças por subscrição de produtos e serviços Microsoft para a Polícia Civil do Distrito Federal, contemplando suporte remoto para instalação, garantia e suporte técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

Identificação do fornecedor	
Endereço	
CNPJ	
Pessoa para contato	
Telefone para contato	

ITEM	PRODUTO	P/N	ID-SGD	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (12 MESES)	VALOR TOTAL (36 MESES)
1	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 16L	9GS-00128	MS.5.0-A0723	75			
2	Core CAL per device	W06-00022	MS.5.0-A1485	6000			
3	Exchange Server Enterprise	395-02412	MS.5.0-A1052	4			
4	Power BI Professional (1-month subscription)	NK4-00002	MS.5.0-A1173	3			
5	SharePoint Server Standard	H04-00232	MS.5.0-A1212	4			
6	SQL Server Standard (2-core pack)	7NQ-00302	MS.5.0-A1217	22			
7	SQL Server Enterprise (2-core pack)	7JQ-00341	MS.5.0-A1215	43			
8	Visual Studio Professional	77D-00110	MS.5.0-A1282	45			
9	Win Remote Desktop Services - User CAL	6VC-01252	MS.5.0-A1340	50			
10	Win Server Standard Core ALng LSA 2L	9EM-00562	MS.5.0-A1350	26			
11	Teams Enterprise Sub Per User (1-month subscription)	EP2-07387	MS.5.0-A1248	80			
					VALOT TOTAL (36 MESES):		

O valor total de proposta é de _____ (em algarismo e por extenso).

O valor apresentado engloba todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.

O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data do seu envio à PCDF.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos.

Declaramos que estamos ciente e de pleno acordo que o pagamento será feito em três parcelas anuais, sendo a primeira parcela paga em até 30 (trinta) dias contados a partir da data do atesto, e as duas restantes nos 12 e 24 meses subsequentes.

Observação: A proposta deve indicar de forma detalhada as especificações da solução cotada, marca e modelo (quando cabíveis), e outros dados que facilitem a análise e o julgamento.

Dados da empresa:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Tel/Fax: _____
e-mail: _____
CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____

Brasília, ____ de ____ de ____.

Atenciosamente,

Proponente

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal (is) do proponente

Nome(s), endereço, Fax e telefone para contato

ANEXO II - MODELO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE, COMPROMISSO E SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as cc estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

PROTOCOLO Nº <<>>

<<>Número de Identificação Termo> >

Eu <<XXXX>> CPF nº <<000.000.000-00>> matrícula nº <<000.000>> , vinculado ao quadro do(a) << unidade de lotação>> onde exerço o cargo/função de << >>

DECLARO estar ciente das credenciais de acesso aos ativos de tecnologia da Polícia Civil do Distrito Federal, para acesso ou alteração de informações do(s) sistema(s) informatizado(s) desta instituição, que a mim são concedidas através da inclusão no módulo/grupo/perfil do sistema de trabalho descrito no protocolo vinculado, bem como nas disposições contidas no instrumento Políticas e Diretrizes de Segurança da Informação da Polícia Civil do Distrito Federal, e com base no disposto:

ASSUMO o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações[1] constantes nos Sistemas Corporativos da Polícia Civil do Distrito Federal às quais terei acesso.

Por este Termo de Responsabilidade, Confidencialidade e Sigilo, comprometo-me:

- A não utilizar QUAISQUER informações (Estratégicas, Técnicas Administrativas, Táticas ou Operacionais), confidenciais ou não, a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
- A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação a que tiver acesso;
- A não apropriar para mim ou para outrem de QUALQUER material técnico, gerencial ou administrativo que venha a ser disponível;
- A não repassar o conhecimento das informações, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a estar sujeito a qualquer apuração de ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade de todas as informações fornecidas;
- Em tomar os cuidados que a mim são incumbidos no dever laboral para que as informações confidenciais fiquem restritas ao conhecimento tão somente das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas discussões, análises, reuniões e negócios, devendo cientificá-las da existência deste Termo e da natureza confidencial destas informações.

DECLARO, por fim, ter pleno conhecimento do conteúdo deste Termo de Responsabilidade, Confidencialidade e Sigilo em sua íntegra.[2]
Brasília <<dd>> de <<mês>> de <<yyyy>>.

<<NOME DO USUÁRIO>>

<<MATRÍCULA>>

[1] Informação inclui, mas não se limita a, informação relativa às documentações técnicas, relatórios técnicos, operações, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, sistemas, softwares, bases de dados, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados no âmbito de serviço.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste Termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste Termo. Pelo não cumprimento do presente Termo de Responsabilidade, Confidencialidade e Sigilo, fico ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

[2] O presente documento se fundamenta no Procedimento de Segurança da Informação de Gestão de Controle de Acesso Lógico dos Recursos Computacionais no âmbito da PCDF, aprovado pela Resolução CGSIC nº 25, de 10/08/2022, publicado no Boletim de Serviço de 13/09/2022.

ANEXO III - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao

conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os empregados da prestadora de serviços abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecimento do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e da estrutura normativa de Segurança da Informação vigentes na Contratante (PDSI, PSI, PCI, normas e procedimentos de segurança da informação).

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...

_____ de _____ de 20____

ANEXO IV - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

IDENTIFICAÇÃO				
Contrato nº: [XXXXXXX]				
Contratada: [XXXXXX]				
Contratante: [XXXXXX]				
Ordem de Serviço Nº: <OS9999/AAAA>		Data da Emissão: <dia> de <mês> de <ano>.		
Solução de TI				
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS				
Item	Descrição de Produto e Serviço	Métrica	Quant	Total
TOTAL				

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no artigo 34, inciso I, da Instrução Normativa nº 4/2014 SLTI/MP, que os serviços e/ou bens, relacionados na O.S. acima identificada, foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos pelo CONTRATANTE. Ressaltamos que o recebimento definitivo da solução ocorrerá em até 05 (cinco) dias corridos do recebimento provisório do item 1, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência correspondente ao Contrato supracitado.

<nome do fiscal técnico do contrato>	<nome do preposto>
Matr.: <nº da matrícula>	CPF: <nº do CPF do preposto>
Local, <dia> de <mês> de <ano>	Local, <dia> de <mês> de <ano>

ANEXO V - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO				
Contrato nº [XXXXXXX]				
Contratada: [XXXXXX]				
Contratante: [XXXXXX]				
Ordem de Serviço nº: <XXXXXXXX>		Data da Emissão: <dia> de <mês> de <ano>.		
Solução de TI				
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS				
Item	Descrição de Produto/Serviço	Métrica	Quantidade	Total
1				
2				
3				
4				
TOTAL DOS ITENS				

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no art. 34, inciso VIII, da Instrução Normativa nº 04/2014 SLTI/MP, que os serviços e/ou bens integrantes da solução acima identificada atendem às exigências especificadas no Termo de Referência do Contrato acima referenciado.

DE ACORDO	
Gestor do Contrato	Fiscal Requisitante do Contrato
<nome do gestor do contrato>	<nome do fiscal requisitante do contrato>
Matr.: <nº da matrícula>	<Qualificação>
Local, <dia> de <mês> de <ano>.	Local, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO VI - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO OU FORNECIMENTO DE BENS

Contrato nº:	
Objeto:	
Gestor do Contrato:	Mat.:
Contratante:	
Contratada:	CNPJ
Preposto da Contratada:	CPF

1 – Especificação dos Produtos / Serviços e Volumes

Id	Produto/Serviço	Métrica	Quant.	Preço R\$
1				

2				
3				
...				
TOTAL				R\$

2 – Instruções Complementares

3 – Cronograma

Id	Tarefa	Início	Término
1			
2			
3			
...			

4 – Documentos Entregues

() – _____	() – _____
() – _____	() – _____
() – _____	() – _____

5 – Datas e Prazos

Data Prevista para Início dos Produtos / Serviços	Data Prevista para Entrega dos Produtos / Serviços	Prazo Total do Contrato (com a Garantia)

Ciência

CONTRATANTE	
Área/Fiscal Requisitante da Solução	Gestor do Contrato
<Nome> Matricula: <Matr.>	<Nome> Matricula: <Matr.>
CONTRATADA	
Preposto	

_____, ____ de _____ de 20____



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO MATHEUS LOPES - Matr.1721908-6**, **Agente de Polícia Civil**, em 10/03/2026, às 16:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO RIBEIRO MOREIRA - Matr.0077471-5**, **Agente de Polícia Civil**, em 10/03/2026, às 20:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE PEREIRA DUARTE FERREIRA - Matr.0078526-1**, **Diretor(a) da Divisão de Tecnologia**, em 11/03/2026, às 16:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= **196658923** código CRC= **1C0B160C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
 SPO, Lote 23, Conjunto A, Bloco H, Centro Tecnológico, Térreo - Bairro Setor Policial - CEP 70610-907 - DF
 Telefone(s): (61) 3207-5147
 Sítio - www.pcdf.df.gov.br

00052-00022686/2025-13

Doc. SEI/GDF 196658923